

**DOCENTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA /PONTAL: Trajetórias e memórias.**

Isabel Cristina da Costa Silva
Programa de Pós Graduação –PPGED/ufu
Isabelcristina_39@hotmail.com

Esse trabalho é resultado da pesquisa com professoras negras que realizei junto as docentes da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Ituiutaba-MG, localizado no Pontal do Triângulo Mineiro, no ano de 2013 que culminou em monografia de conclusão de curso. Nosso propósito foi refletir sobre: o porquê a ausência das mulheres negras no exercício da docência superior.

O processo de reflexão se deu por meio de análise de depoimentos sobre a história de vida e atuação profissional de algumas docentes negras, análise teórica e dos dados estatísticos alusivos à temática analisada.

Nas suas narrativas foi possível identificar a importância do diploma universitário na ascensão profissional dessas mulheres. Segundo Rozemberg (1983), o diploma universitário é um diferencial na trajetória das mulheres negras quando o assunto é alcançar um espaço no mercado de trabalho.

Mesmo que as reflexões de Rozemberg (1983) se refiram à década de 1980 essa realidade não modificou muito. Para isso basta recorrermos aos dados estatísticos que veremos com clareza que essa discrepância ainda persiste ou se, apenas, olharmos de forma mais atenta para o interior das universidades que encontraremos pouquíssimas negras atuando como docentes ou cursando uma universidade.

O Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos apresenta um esboço significativo acerca da participação da população negra, em especial as do sexo feminino no mercado de trabalho, nas diferentes regiões do país, nos dando com clareza um panorama da discrepância da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos.

É evidente como salienta Luiz (2010), que não há equiparação de empregos no mercado de trabalho entre os desenvolvidos por homens e os praticados por mulheres. Esse aspecto é notado com muito mais ênfase em relação à mulher negra, que se insere num contexto em que o preconceito é mais intenso.

O preconceito contra a mulher negra sempre foi bem subterfugido, na mídia e sociedade causa nelas um abalo psicológico, perante a sua situação nas relações enquanto cidadã

ou pessoa, principalmente mediante ao mercado de trabalho (Luiz, 2010, p. 01).

É perceptível que essas ranhuras históricas interferem sobremaneira nas trajetórias pessoais e profissionais das mulheres negras no Brasil e tecem, nas suas memórias, recordações de um passado de submissão e exploração que se encontra presente no universo feminino negro com muita evidência, interferindo nos processos de conquista e de visibilidade positiva da atuação das mulheres negras nos diversos espaços da sociedade, em especial na educação superior.

Portanto, entender como esse contexto histórico se projetou e reflete na tomada de atitudes dessas protagonistas nos levaram a questionar qual é a condição de mulher hoje em relação a busca e ao efetivo exercício dos direitos e igualdades, sendo elas mulheres e negras?

Essas lutas são ampliadas, quando vemos atualmente o engajamento do movimento sociais em especial das mulheres negras em fazer valer os seus direitos de cidadãs em um país com ranços e raízes fortemente constituídos por uma história de colonização e escravidão que sempre projetou imagens deturpadas das mulheres negras fazendo com que sofressem duplamente todos os tipos de discriminações e privações, que são ainda evidentes em nossa sociedade, mesmo estando no século XXI.

No que se refere à educação, ela continua excludente, intencional e focada no enaltecimento de uma cultura universal ocidental em detrimento de outras. Onde existem leis que pregam a igualdade, mas não punem pelos atos racistas, assim como existem leis que punem pelos atos de discriminação e não ganham a visibilidade necessária na mídia, nos espaços sociais e se perdem no imenso caldeirão de leis que compõem a nossa Constituição Federal.

Pode-se inferir que existem processos discriminatórios vividos na atualidade que se perpetuaram historicamente tentando mascarar nossa realidade cultural apregoando a ideia da afirmação constante do mito da democracia racial, que é conceituado segundo Gomes (1996) como sendo uma:

[...] corrente ideológica, divulgada a partir da década de 30, traz um certo “alívio” à consciência da sociedade brasileira. Ela afirma que as diferentes raças/etnias formadoras da nossa sociedade convivem historicamente de forma harmoniosas e sem conflitos. A teoria privilegia o discurso da igualdade e omite as diferenças, dando margem à consideração de que falar sobre as diferenças é discriminar. (GOMES.1996, p.71).

Saliento que na sociedade em que vivemos os discursos produzidos privilegiam uma minoria e são estes que ditam as regras do jogo racial que eleva a qualidade dos brancos em relação aos negros definindo ainda quem ocupará determinados espaços, atendendo ao chamado melhor perfil/aparência para ocupar as diversas funções do mundo do trabalho ou quem comporá o outro lado da margem vivendo em situações de silenciamento e marginalidade frente aos padrões impostos que na maioria das vezes leva em consideração a condição social e a cor da pele como definidora da ocupação desses lados.

Falando especificamente das entrevistadas o que mais chamou atenção foram os caminhos percorridos por elas para narrar suas trajetórias profissionais. Todas elas se apoiaram na importância que a família tem/teve nas suas escolhas e conquistas. As relações familiares externaram em suas falas de forma bem latente destacando a importância dos vínculos identitários familiares e seus reflexos no modo como elas foram educadas, e porque não dizer preparadas para enfrentar todas as dificuldades que encontrariam nos diversos espaços percorridos como a sociedade, a escola e o próprio cotidiano.

Silva (2007), percebe essa complexidade que envolve a identidade e as diferenças são construções culturais e sociais e compõem um arcabouço identitário cimentado diferentemente em cada estrutura familiar e tem elementos primordiais para a consolidação dessa formação identitária que nos remete a tentar entender os conceitos identidade e diferenças. Nesse viés:

A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado, à experiência que temos de nos mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam com sujeitos. (SILVA, 2007, p.55).

Já a identidade e a diferença:

[...] tem que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas de um mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2007, p.76)

Portanto, esses conceitos podem tanto referendarem a compreensão de uma sociedade plural ou dual, o que talvez explique as discrepâncias que rondam a atuação profissional e o olhar projetado sobre as mulheres e, em especial sobre as mulheres negras, as maiores vítimas de um sistema excludente onde as possibilidades de igualdade e visibilidade são pequenas em relação a projeção dos homens.

Pelas reflexões de Hall (1999) a nossa identidade cultural é fruto dos aspectos relacionados à nossa pertença a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais. Segundo ele, vivemos atualmente numa “crise de identidade” que é decorrente do amplo processo de mudanças ocorridas nas sociedades modernas que fragmentam o sentido dado ao conceito identidade, porém nos projeta a pensar sobre a forma como essas identidades são recriadas a partir das relações culturais estabelecidas entre os grupos sociais.

Cenário em construção

O cenário desse estudo é a Universidade Federal de Uberlândia, em especial a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal-FACIP, primeiro Campus fora de sede dessa Universidade, criado em 2006. As suas atividades acadêmicas iniciaram em 2007 com o funcionamento de nove cursos de graduação, trinta e três docentes e quinze técnicos administrativos.

Desses primeiros docentes concursados e contratados para exercício imediato, apenas um é negro (a). O número de docentes negras que ingressaram na Facip aumentou a partir de 2008, mas numa proporção muito ínfima em relação ao quantitativo de docentes brancos. Atualmente fazem parte do quadro docente desta faculdade 164 docentes e, desse montante menos de 10% são constituídos de negros(as).

Não existem dados oficiais sobre o número de docentes negros na Universidade Federal de Uberlândia, porém é claramente possível detectá-los no âmbito do Campus do Pontal no qual se encontra a FACIP. No que se refere ao quantitativo de mulheres negras esse percentual diminui ainda mais. Um fator interessante é que a maioria das docentes negras estão lotadas no curso de Pedagogia. Percebe-se também que é nesse curso onde encontra-se o maior número de discentes negros, mas também numa proporção bem pequena em relação ao quadro total de discentes que chega próximo aos 1600 alunos.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que o Campus está instalado num estado, que segundo os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística possui mais de 50% da sua população constituída de negros/negras em sua composição populacional.

Em virtude da inexistência de dados na Universidade que identifiquem os negros/negras no seu quadro docente, a alternativa metodológica encontrada foi a de selecionar nossas depoentes a partir da identificação física das mesmas tendo como base a cor da pele e/ou a autodeclaração de raça/etnia. As entrevistas foram direcionadas por meio de um roteiro previamente estruturado, as depoentes puderam se expressar livremente, havendo interrupções apenas quando era relevante aprofundar determinado assunto abordado.

Todas as professoras trazem essas memórias do convívio familiar. Todas são pertencentes a famílias de trabalhadores de camadas populares, onde seus pais desenvolviam atividades braçais diversas e as mães donas de casa, responsáveis por cuidarem dos trabalhos domésticos e dos filhos. O relato de uma das professoras entrevistadas¹¹ revela bem esse cenário.

A professora 1 ao ser indagada a falar sobre sua condição social afirma:

Pra mim é classe baixa. Meu pai quando foi no começo da vida dele, [...] ele foi fotógrafo depois foi vendedor de revista e, depois, abriu um bar que chamava o “Galo de Ouro”, [...] e então minha mãe fazia os salgados pra levar pra lá. [...] Ela trabalhava fazendo as coisas para o bar [...] ela trabalhava muito e, além de tomar conta da casa. (Professora 1. Entrevista, 2011).

No caso da Professora 2 a sua condição social é apresentada tendo como ponto de referência a profissão de seus familiares, reforçando o sentido do trabalho deles para a sua formação identitária. Ela nos diz:

Minha avó era lavadeira e era analfabeta. [...] Meu pai [...] tinha a quarta série[escolaridade]. Na época, também, minha mãe tinha a quarta série [...]. (Professora 2. Entrevista, 2011)

No caso da professora 2, a mãe era dona de casa, o pai vendedor autônomo. A sua estrutura familiar sempre serviu como ponto de partida e de chegada para a sua trajetória pessoal e profissional, contribuindo para sua conscientização e valorização das suas pertencas identitárias.

A Professora 3 segue o mesmo caminho quando procura associar a escolaridades dos pais as oportunidades alcançadas e à condição econômica familiar:

[...] sou de família classe baixa, sim, [...] Os critérios [de classificação social] eu não sei dizer quais são para considerar de baixa renda, mas eu acho que sim, eu vou te explicar por que: [...] Meu pai fez até a oitava série. Ele trabalhava numa empresa da minha região com fabricação de aço [...]. Minha mãe fez até a quarta série. Depois de adulta é que ela foi estudar mais. [...] Sempre foi do lar. (Professora 3. Entrevista, 2011).

Essa tentativa de dias melhores foi sempre perseguida como meta pelas docentes, talvez pelo fato de se inserirem num contexto de poucas oportunidades de ascensão social, onde o estigma racial se fazia e se fez presente na vida dessas pessoas. Por outro lado, historicamente, a forma de constituição de famílias negras refletiu, predominantemente, no seu seio da sociedade por várias décadas que a pouca escolaridade era fato e o exercício dos trabalhos braçais a única oportunidade capaz de manter o provimento da família, que segundo Piori (1997):

Para a população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. As sucessivas leis, que foram lentamente afrouxando os laços do escravagismo, não trouxeram como consequência direta ou indireta, oportunidades de ensino para os negros. (PRIORE, 1997, p.445)

As falas das entrevistadas nos remetem para um problema ainda bastante comum entre a maioria da população brasileira que é o fato da reafirmação dos impactos vividos com a negação ou dificuldades de acesso à educação, inserção no mundo do trabalho, sobretudo no exercício de atividades braçais pouco valorizadas.

É perceptível que esse processo de efetivação de uma positividade e de não aceitação de uma condição imposta é absorvida de diferentes formas pelas populações de baixa renda. No caso dos negros/negras isso não é diferente, porém, muito deles conseguem reverter esse quadro galgando espaços privilegiados na sociedade.

Para Hall (1996) a nossa identidade é construída das relações tecidas com o meio e, por mais que nos distanciamos do convívio dos nossos grupos de

origem, as nossas pertencas, fruto das nossas vivências e experiências fará parte da nossa trajetória social, cultural, política, dentre muitas outras.

Em se tratando da família, todas as entrevistadas deixaram isso muito claro pois, desde a mais tenra idade, elas relatam como a influência das suas famílias foi significativa para o seu crescimento e desenvolvimento, buscando novas perspectivas e oportunidades, a fim de romper com uma invisibilidade social imposta.

Como afirma Silva (2001)

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações. (SILVA,2001, p.14)

Assim, as narrativas apresentadas pelas professoras vão além das que apresentamos até aqui. Contudo, elas referendam, de forma geral, a importância de uma formação de qualidade, não só voltada para a formação escolar, mas também para a vida. Considerando que a educação sistematizada é prioritária para a formação e para a construção de conhecimento e análise crítica de mundo, as instituições escolares ainda não conseguem de fato lidar com as diferenças, projetando um currículo capaz de fazer valer o respeito ao outro e, no período de estudo das entrevistadas, nem se cogitava efetivar esse processo ou ao menos se tentava romper com paradigmas arcaicos de submissão racial, posto que as diferenças são questões diretamente relacionadas às discriminações sociais e culturais dentre outras. Appel (2011) refletindo sobre o currículo aponta que:

A educação está profundamente implicada na política. O currículo nunca é simplesmente uma montagem neutra de conhecimentos, que de alguma forma aparece nos livros e nas salas de aula de um país. Sempre parte de uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que um grupo tem do que seja o conhecimento legítimo. Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo. (APPEL,2011, p.53)

Portanto, as visões de sociedade das entrevistadas descortinam a necessidade de acesso à educação como possibilidade dos indivíduos galgarem sua projeção social, sobretudo para aqueles oriundos das camadas populares. Atualmente, essa visão ainda é mantida por parte das famílias e para as camadas

populares é o único caminho capaz de promover a ressignificação da condição social dos membros dos grupos sociais populares. Se ela serviu como possibilidade de ascensão social para nossas narradoras, isso só vem a reforçar que o acesso à educação formal por parte das mulheres negras contribuirá para romper com os paradigmas impostos de sujeição social, de inferioridade racial dentre outros.

As Instituições educacionais assim como os demais seguimentos sociais marcam as vidas das pessoas. Marcas essas tão profundas que podem também silenciar a construção da autonomia do sujeito ou porque não dizer extirpar todas as expectativas de mudança de vida, ou o que é pior, condicioná-lo a uma sobrevida.

Para Gomes (1996) a escola é um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições. No caso do racismo, da discriminação racial e de gênero, estes fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira e estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as, nessa perspectiva, as Instituições escolares são determinantes na vida do sujeito, pois é através dela que a criança forma ou tem a noção do que é viver em sociedade.

Nesse sentido ressalto a importância do educador não só como mediador do ensino / aprendizagem mais também como interlocutor do respeito à vida, a diferença e da igualdade. Refletindo a partir de uma crítica do passado sobre a origem dessas classificações segregatórias, é nítida que elas estão enraizadas na nossa sociedade estampando uma imagem deturpada de “naturalização” do preconceito, do racismo, por isso, a educação atual deve promover a consolidação dos espaços de aprendizagem como lugares da valorização das pertencas e das diferenças que dão sentido e forma a identidade dos indivíduos e de seus grupos sociais.

Segundo Ribeiro(2004) é necessário:

Dar voz àqueles que têm ficado inaudível possibilita a oportunidade de fortalecimento de uma identidade, bem como a promoção de uma transformação social que propicie a introdução de uma nova evidência, que conteste pressupostos e incorpore grupos sociais marginalizados. (RIBEIRO, 2004, p.88).

As falas das nossas narradoras exemplificam bem que as transformações na sua trajetória pessoal e profissional são reflexos, primeiro, do apoio familiar, segundo, do esforço pessoal, terceiro da forma como suas visões de mundo foram

ressignificadas voltadas para o exercício pleno da inserção social. Fazer parte de um grupo privilegiado pelo acesso as diferentes etapas da educação, inclusive indo além das expectativas da maioria da população brasileira, posto terem cursado mestrado e/ou doutorado, inserem-nas, nas estatísticas, dentro de um grupo seletivo de brasileiros com escolarização muito além da média nacional.

Esse fator, de acordo com Gomes (1996):

Essas mulheres negras, ao se tornarem professoras, saíram do seu lugar, isto é, do lugar predestinado por um pensamento racista e pelas condições sócias – econômicas da maioria da população negra brasileira- o lugar da doméstica, da lavadeira, da passadeira, daquela que realiza serviços gerais-para ocuparem uma posição que, por mais questionada que seja, ainda é vista como possuidora de status social e está relacionada a um importante instrumento: o saber formal. (GOMES, 1996, p.77-78).

Porém, entende-se que estar nesse novo “espaço” não garante como bem frisaram as depoentes, que estejam numa condição tão somente confortável socialmente, pois a luta é permanente no sentido de reiterar que são profissionais competentes, mulheres atuantes e conscientes de sua condição étnica e social. A fala abaixo exemplifica bem esse sentimento:

Professora 1:

Então, a gente tem uma luta constante [...] cada dia você vai se afirmando; é uma autoafirmação o tempo todo [...] Você luta hoje contra o que está posto hoje e não se pode abater porque amanhã vai surgir outro e você vai continuar lutando[...] contra outro e assim vai. (Professora 1. Entrevista, 2011).

A competência profissional ou a qualificação acadêmica é compreendida como um elemento de possibilidade de projeção social, mas que não neutraliza o olhar discriminatório ao qual o negro está inserido, a visão que está arraigada e que precisa ser extirpada e que ainda prevalece em muitos casos é a do negro como excluído e conformado com a condição de suposta inferioridade. Em relação às mulheres negras esses equívocos não são desfeitos nem mesmo quando elas conquistam mais espaços e se projetam na sociedade ocupando cargos significativos.

Assim, notamos que a escola precisa de uma pedagogia que exercite a cidadania e a alteridade. Segundo Santomé (1995):

Uma pedagogia antimarginalização precisa levar em consideração as dimensões éticas dos conhecimentos e das

relações sociais. É preciso que as instituições escolares sejam lugares onde se aprenda, mediante a prática cotidiana, a analisar como e por que as discriminações surgem que significado devem ter as diferenças coletivas e, é claro, individuais. (SANTOMÉ, 1995, p.176-177).

Fica explícito nas falas das professoras as marcas de uma educação que ao oposto de ser integradora gerava o desconforto coletivo de inseri-las como fora dos padrões raciais da época, como se fosse possível estabelecer um perfil de aluno a partir de sua condição racial. O relato a seguir expressa bem as colocações acima apresentadas.

Professora 2:

Eu comecei a minha trajetória escolar na época com seis anos de idade porque naquele período estava exigindo a Lei n. 5692/71[LDB] né? [...] Ela dizia que o aluno teria que ingressar na primeira série com sete anos de idade. [...] A minha mãe foi minha primeira alfabetizadora. Minha mãe gostava muito de trançar meus cabelos, de fazer com que eu fosse limpinha pra escola, os meninos gostavam muito de puxar as minhas tranças né? [Percebi emoção, mudança no tom de voz e olhos marejados de lágrimas] E aquele negócio de não falar nada. Teve um dia que eu peguei e bati numa menina. Ela pegou minha trança, do jeito que ela pegou, eu peguei nela e bati [risos]. No outro dia, a mãe dela foi lá [na escola] chamaram a minha mãe e aí o que eu percebi: o que aconteceu as professoras vieram falar com minha mãe: __ olha a [fulana...] A [fulana] bateu na menina. A minha mãe falou com aquele jeito dela __ bateu e fui eu quem falei pra bater e se alguém encostar nela de novo[silêncio]. Bater porque vocês não estavam vendo aí, todo dia, eles puxar as tranças dela? Aí a diretora, toda educada, falou: __ mais desse jeito você está incentivando a violência da filha da senhora? Mais disso eu nunca me esqueci! Ou seja, enquanto a menina podia estar todo dia puxando minhas tranças não teve nada... quando eu reagi[silêncio] (Professora 2. Entrevista, 2011).

A narrativa expõe uma escola em que nem todos os alunos são tratados da mesma forma e onde as questões raciais são banalizadas e a cor da pele, o cabelo crespo passa a ser um diferencial do tratamento dual dos alunos. A escola é também reveladora da discriminação e dos olhares velados, principalmente quando se queria e quer vender uma imagem de escola para todos. As experiências relatadas sobre discriminações sofridas pelas nossas entrevistadas têm forte conotação sobre o cabelo, que é um marco identitário fortíssimo na vida e na construção de identidade do negro, que segundo Gomes (2002):

Na escola também se encontra a exigência de “arrumar o cabelo”, o que não é novidade para a família negra. Mas essa

exigência, muitas vezes, chega até essa família com um sentido muito diferente daquele atribuído pelas mães ao cuidado dos seus filhos e filhas. Na família, na vizinhança e no círculo de amigos mais. Em alguns momentos, o cuidado dessas mães não consegue evitar que, mesmo apresentando-se bem penteada e arrumada, a criança negra deixe de ser alvo das piadas e apelidos pejorativos no ambiente escolar. Alguns se referem ao cabelo como: “ninho de guacho”, “cabelo de Bombril”, “nega do cabelo duro”, “cabelo de picumã”! (GOMES, 2002, p.45).

A estudiosa destaca ainda que, na escola aprendem-se valores que terão influência na formação dos sujeitos. Segundo ela,

Por essa perspectiva, a instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. (GOMES, 2002, p.40).

A relação tecida entre professores e alunos é determinante na vida da criança, pois ela vê no professor o modelo, tendo total confiança e espera que esse vá lhe transmitir todos os conhecimentos necessários, porque não dizer que irá além de ensinar, proteger, porque nesse novo espaço a referência maior que se tem é o professor.

Considerações e reflexões...

Sabendo que todo conhecimento é fruto do que acumulamos das nossas vivências e experiências sociais e culturais e que ele é *inacabamento* como bem afirma Paulo Freire, ficou perceptível nas falas das entrevistadas que a conscientização étnica leva ao reforço identitário, do pertencimento e da valorização através de uma educação que se efetive rumo à igualdade e que rompa com a ignorância de julgar e conceber o ser humano pelas suas diferenças.

Por outro lado vale destacar que nossas interlocutoras ao reportarem as suas trajetórias de vida, não se distanciaram dos grupos sociais, pelo contrário, suas falas se ancoraram no que vivenciaram e aprenderam não só no convívio familiar como também no social. Elas passaram por experiências que deixaram suas marcas em suas trajetórias e que se emergiram trazendo consigo recordações dolorosas, ressentidas, processadas, vividas, experimentadas, reavivadas, contadas ao passo que outras não foram expressas em palavras e sim em gestos, silêncios ou tentativas mal sucedidas de expressar sentimentos desvelados pelo embargo da

voz e pelas reticências que assumiram o tom de uma voz retida no subterrâneo das memórias e recordações.

E como bem frisa Stuart Hall em seus vários estudos, mesmo sendo narrativas individualizadas as vozes dessas mulheres nos apresentam traços culturais significativos e constroem uma mediação entre narrativas individuais com práticas coletivas que edificam momentos da vida dos sujeitos no convívio social e sua decifração é difícil ao ponto da escrita não dar conta de evidenciar a carga sentimental e emotiva contida nesse mergulho que traz à tona o passado para se compreender o presente. Dessa forma, se houver uma compreensão da bagagem trazida por cada uma delas é possível percebermos que suas experiências e vivências são fruto de uma recuperação do passado, de uma tentativa de ressignificação cultural e social que se estampa nas conquistas dos espaços galgados por essas mulheres negras ressignificados no ir e vir das memórias, recordações e ressentimentos.

FONTES;

Professora1-Entrevista concedida em -4/7/2011

Professora2 - Entrevista concedida em-22/7/2011

Professora3 -Entrevista concedida em -5/6/2011.

REFERÊNCIAS:

APPEL, M. W. **Política Cultural e Educação**-2ª Ed - São Paulo: Cortez, 2011

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 3º ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999

_____. **Identidade Cultural e Diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, 1996

GOMES, N. L. **Trajetórias Escolares, Corpo Negro e Cabelos crespos: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural**-Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2002 N° 21

_____. **Educação, Raça e Gênero: Relações Imersas Na Alteridade**-Caderno Pagu (6-7): PP.67-82. 1996

PRIORE, M, D. (ogr) **Historias das Mulheres no Brasil**-2ª Ed - São Paulo: Contexto, 1997.

RIBEIRO, B. de O. L. **Mulheres no Curso de Pedagogia: vida, sentido e perspectivas**. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação-1997.

RIBEIRO, M.S.P. **Docentes negras e negros rompem o silêncio**. São Paulo: Casa do Novo Autor Editoras, 2004.

SANTOMÉ, J. T. **As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo**. In: SILVA, T. T, da. (Org.) *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis, R.J: Vozes, 1995.

SILVA, T. T, da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/ SILVA, T. T, da. (Org.). Hall, S. WOODWARD, K. 7ª Ed.-Petropolis, R.J: Vozes, 2007.

SILVA, A.C. **A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático**. In:
Munanga, k. (Org.) **Superando o racismo na escola**. 3ª edição [Brasília]:Ministério
da Educação, Secretaria de Educação Fundamental,2001